

# Plenário acolhe MPs que ajudam vítimas de enchentes

Uma das medidas provisórias aprovadas pelo Plenário destina recursos também a ações contra a gripe suína. Senadores aceitaram ainda a indicação de Roberto Gurgel, sabatinado pela Comissão de Justiça, para o cargo de procurador-geral da República. **2**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.057 – Brasília, quinta-feira, 9 de julho de 2009

## Aprovadas atividades de motoboy e mototaxista

Moreno Maiz



Representantes de motoboys, mototaxistas e motovigias acompanham, das galerias do Senado, a votação da proposta

Proposta acatada pelo Plenário segue para sanção presidencial. Funcionamento de serviço depende de autorização de cada município

A regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia (vigilante que utiliza motocicleta) foi aprovada ontem à noite pelo Plenário do Senado. O funcionamento desses serviços, entretanto, dependerá de autorização do poder público em cada município. A discussão e a aprovação da proposta – que segue para sanção presidencial – foram acompanhadas por representantes da categoria. O projeto atribui ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a fiscalização das normas de segurança exigidas na operação dos serviços. **3**

### Oposição ameaça ir ao STF para instalar CPI

Depois de Aloizio Mercadante haver informado que o PT não se definiu sobre CPI, Alvaro Dias anunciou que oposição poderá recorrer ao STF. **5**



Gerardo Mangabeira

### Trabalhador poderá optar por banco

Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que permite ao empregado optar pelo banco e pela agência onde receberá seus salários. Hoje é o empregador quem faz essa escolha. **7**

### Adoção deverá ter novas regras

Projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Justiça estabelece preparação dos pais adotivos e acompanhamento da Justiça em caso de adoção internacional. **6**

Mercadante (D) afirma que não houve tempo para que bloco governista discutisse acordo sobre funcionamento de CPI

### Servidores propõem mudanças no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, Heráclito Fortes, receberam ontem proposta que descentraliza o poder, reduz o número de diretorias (com economia mensal de R\$ 292 mil) e reformula o organograma do Senado. Em Plenário, Pedro Simon defendeu licença de Sarney da Presidência da Casa enquanto durar a apuração de denúncias de irregularidades administrativas. O PT também sugeriu afastamento temporário. **4 e 5**

Jane Araújo



Sarney e Heráclito recebem sugestões de funcionários do Senado para modificar estrutura organizacional da Casa

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário homenageia Barbato

Às 10h, sessão especial em homenagem ao maestro Silvío Barbato, morto no desastre com o avião da Air France que caiu no oceano Atlântico em 31 de maio de 2009. A sessão deliberativa tem início às 14h. O primeiro item da é a PEC 29/03, da senadora Lúcia Vânia, que institui indicadores de responsabilidade social para avaliar objetivos impostos pela Constituição na ordem social.

## Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, dirige, às 10h, a sessão especial destinada a homenagear o maestro Silvío Barbato. Às 16h, preside a ordem do dia.

## CCJ debate ampliação do rol de crimes considerados hediondos

Audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 10h, vai debater projetos que incluem, no rol dos crimes hediondos, as práticas de peculato e de corrupção passiva ou ativa; a inserção de dados falsos em sistema público de informações; o trabalho escravo; a adulteração de alimentos; e a corrupção de menores. Foram convidados, entre outros, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão; e o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Airton Mozart Valadares Pires. Após o debate, a CCJ vota diversas matérias.

## Comissão vota relatório da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 10h para votar, entre outras matérias, o relatório sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), requerimentos de audiência pública para discutir o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida e os impactos de auditorias do Tribunal de Contas da União sobre o custo Brasil, além de propostas de crédito especial.

## Reflexos da crise sobre o emprego

A crise mundial e seus reflexos sobre o emprego no Brasil será debatida, em audiência pública às 9h, pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social. Deverão participar o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, e o assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Carlos de Assis.

## Modernização aeroportuária

A modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária no Brasil e a regulamentação do transporte aéreo de passageiros serão discutidas em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) às 8h30. Deverão participar da reunião a diretora-presidente da Anac, Solange Vieira, e o presidente da Infraero, Cleonilson Nicácio Silva.

## Adesão da Venezuela ao Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza, às 10h, a quarta audiência pública para discutir a adesão da Venezuela ao Mercosul. Haverá dois painéis de debates. No primeiro, participam o presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América Latina, Darc Costa; e o ex-prefeito do município de Chacao, na região metropolitana de Caracas, Leopoldo López. No segundo, estarão presentes o ex-ministro de Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia; o embaixador da Venezuela no Brasil, Julio Garcia Montoya; e o professor da Universidade de Brasília, Carlos Pio.



Demostenes Torres (D), no comando da reunião da CCI, acompanha a sabatina de Roberto Gurgel

## Senado acolhe indicação de Gurgel para procurador-geral da República

A indicação de Roberto Monteiro Gurgel Santos para o cargo de procurador-geral da República, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Fernando de Souza, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Roberto Gurgel recebeu 60 votos favoráveis e 5 contrários. A decisão será comunicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Roberto Gurgel havia sido sabatinado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde seu nome

foi aprovado com os votos favoráveis dos 23 senadores presentes à reunião. Durante a sabatina, Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a Gurgel que fizesse aos senadores recomendações de procedimento diante da crise administrativa que a Casa enfrenta.

Em resposta, Gurgel disse que o Senado tem todas as condições para enfrentar a crise e dela sair renovado, "como uma instituição aprimorada e em condições de cada vez mais servir à sociedade".

## Aprovada destinação de recursos para estados atingidos por enchente

Medida provisória, que também já foi acolhida pela Câmara dos Deputados, libera verba para combater e prevenir a gripe suína

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 463/09, que abriu crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1,2 bilhão, para aplicação em obras de recuperação nos estados afetados por enchentes e ações contra a gripe suína, provocada pelo vírus H1N1. A MP, publicada no *Diário Oficial* de 21 de maio, e aprovada pela Câmara sem emendas, será agora encaminhada à promulgação.

Para combater e prevenir a gripe suína, foram reservados R\$ 129,8 milhões, mas a maior parte dos recursos, no valor de R\$ 1,087 bilhão, será aplicada na recuperação da infraestrutura de estados atingidos pelas chuvas e enchentes, especialmente no Norte e Nordeste. Também estão reservados recursos da ordem de R\$ 31,1 milhões para segurança pública nas rodovias federais e R\$ 2,1 milhões para conservação e recuperação dos biomas brasileiros.

O Ministério da Integração Nacional

distribuirá os recursos para os estados afetados pelas enchentes, a serem alocados da seguinte forma: R\$ 670 milhões serão destinados a recuperação de danos; R\$ 150 milhões serão aplicados em obras; e R\$ 60 milhões servirão para socorro e assistência às vítimas.

A MP especifica que, do total de recursos reservados ao combate e prevenção da gripe suína, R\$ 102,4 milhões serão destinados para reforçar ações que vêm sendo feitas nesse sentido pelo Ministério da Saúde.

Durante a discussão, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), crítico da edição excessiva de medidas provisórias, afirmou que a MP 463/09 atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, tendo em vista o sofrimento imposto pelas chuvas à população do Amazonas, sobretudo no meio rural. José Agripino (DEM-RN) também disse ser favorável à MP, mas observou que a aprovação não garantia necessariamente o repasse integral dos recursos previstos aos estados.

## MP que garante R\$ 300 milhões para combater cheias e secas passa no Plenário

Os senadores também aprovaram ontem a MP 461/09, que autorizou o governo a abrir um crédito extraordinário de R\$ 300 milhões para o Ministério da Integração Nacional socorrer regiões afetadas pelas chuvas e secas de outubro do ano passado a março último.

O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), que apresentou voto favorável à aprovação da matéria, protestou pela falta de informações do governo sobre quais municípios ou estados receberão ajuda. Ele disse que sua assessoria tentou obter detalhes, mas não conseguiu sucesso.

– Não fosse a urgência da ajuda aos flagelados, o Congresso deveria condicionar a aprovação da MP ao fornecimento das informações necessárias à análise e deliberação – afirmou Jayme Campos.

O relator ressaltou que o Congresso tem apenas a vaga informação de que o dinheiro se destina a ajudar regiões de Santa Catarina afetadas por enchentes e as áreas com longa estiagem no Nordeste. Dos recursos, R\$ 220 milhões irão para socorro às vítimas das enchentes e ao abastecimento de água, e os demais R\$ 80 milhões para recuperação dos danos causados nas regiões atingidas.

## PETROBRAS

### Crivella defende indústria naval do RJ

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que a carteira de encomendas de navios da Petrobras "obedece a uma estratégia de descentralização em desfavor do estado do Rio de Janeiro".

– Tal concepção comete ao menos um equívoco básico, qual seja, desprezar a rica, enorme e matizada *expertise* adquirida pelo Rio de Janeiro, configurada ao longo de séculos – lamentou.

## PATRIMÔNIO CULTURAL



### Cavalcanti: João Pessoa precisa de restauração

Ao lamentar o estado de abandono em que se encontram os bens culturais de João Pessoa, sobretudo os prédios históricos, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu providências às autoridades federais, estaduais e municipais.

– De que valem convênios, protocolos de entendimento, acordos e toda a sorte de atos oficiais se eles não se traduzem em ações reais e objetivas de preservação? – indagou.

## PEDOFILIA

### Malta: CPI investigará denúncia no Piauí

O senador Magno Malta (PR-ES) informou que, na próxima quinta-feira, a CPI da Pedofilia estará no Piauí para investigar a denúncia de que o prefeito do município de Sebastião Barros, Geraldo Eustáquio, teria tentado assediar a filha do presidente da Câmara Municipal de Corrente.

Segundo Magno Malta, outra menina, filha de um vereador de município próximo, foi vítima de abuso pelo prefeito.

## EDUCAÇÃO

### Cristovam destaca alerta de articulista

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou artigo da revista *Veja* em que Claudio de Moura Castro afirma que a juventude estará mal preparada se o país insistir em uma educação que produz uma competência linguística pouco melhor do que a do personagem do menino-lobo.

Trata-se de um menino que cresce na selva sem jamais haver usado uma só palavra humana, até ser encontrado e se integrar à sociedade.

## Flexa saúda acordo com pecuaristas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou ontem a assinatura de termo de compromisso em que o governo do Pará, pecuaristas e o Ministério Público estadual estabelecem ações para modernizar a cadeia agrope-

cuária local. O acordo procura zerar o passivo ambiental das propriedades rurais e com isso colocar fim ao embargo à carne produzida no estado.

O senador acredita que esse entendimento impedirá a per-

da de “dezenas de milhares” de empregos no agronegócio em função das dificuldades por que passa o setor.

Flexa Ribeiro também criticou a governadora Ana Júlia Carepa por ter se posicionado

contra projeto de lei que substituiu a estrela que representa o Pará na Bandeira Nacional, que se encontra isolada acima da inscrição “Ordem e Progresso”, pela estrela que representa o Distrito Federal.

# Plenário aprova regulamentação de mototáxi

Projeto, que também reconhece profissões de motoboy e motovigia, recebeu prioridade nas votações e segue agora para sanção presidencial

PROJETO QUE REGULAMENTA as atividades de mototaxista, motoboy e motovigia foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O funcionamento desses serviços, entretanto, dependerá de autorização do poder público em cada município. A matéria – substitutivo do PLS 203/01, do ex-senador Mauro Miranda (PMDB-GO) – vai agora à sanção do Presidente da República.

Para exercer a profissão, o motoboy, mototaxista ou motovigia terá de ter 21 anos completos; dois anos como condutor de motocicleta; e habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Do ponto de vista da segurança, os profissionais deverão trabalhar vestindo colete dotado de refletores. No caso dos veículos destinados ao motofrete (conduzidos pelos motoboys), a lei exigirá a instalação de equipamentos de segurança como os mata-cachorros e as antenas corta-pipas, que deverão ser

inspecionados semestralmente, além de ter identificação especial.

Caberá ao Contran fiscalizar as normas de segurança e esperar-se que o órgão, junto com os poderes estaduais e municipais, cuide de regulamentar os aspectos relacionados à segurança de condutores profissionais e passageiros de mototáxis.

O projeto acrescentou no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a exigência, para o serviço de motofrete, de autorização emitida por órgão de trânsito a fim de que as motocicletas e motonetas destinadas ao transporte de mercadorias possam

circular. Constituirá infração, por exemplo, empregar ou manter contrato de prestação continuada de serviço com condutor de motofrete inabilitado.

A proposta proíbe o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de carga, com exceção do gás de cozinha e de galões de água mineral, desde que com o auxílio de *side-car*.

Dos motovigias serão exigidos documentos usuais, como carteira de identidade, atestado de residência e certidões negativas de varas criminais. O projeto especifica as obrigações desses profissionais, como a de

comunicar aos moradores, ou à polícia, sobre qualquer anomalia nos veículos estacionados na rua.

A explicação para a ausência de normas específicas de segurança relativas ao serviço de mototáxi é que a Câmara dos Deputados, ao examinar o projeto original, preferiu excluir a parte que tratava do transporte de passageiros. Quando o projeto voltou ao Senado, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Expedito Júnior (PR-RO), decidiu restabelecer o texto de Mauro Miranda e aproveitar parte do que foi acrescentado pelos deputados, na forma de emenda aditiva. Esse procedimento evitou que, em razão de novos artigos, a matéria tivesse de voltar à Câmara.

## Comemoração

A aprovação foi comemorada pelos mototaxistas e motoboys que lotaram a galeria do Plenário e, ao fim da votação, canta-

ram o Hino Nacional.

– Não podemos continuar a fazer de conta que esse serviço não existe. Os profissionais da moto somam 2,8 milhões em todo o país – argumentou a relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A senadora observou que muitos motoboys e mototaxistas trabalham como empregados sem ter direito a carteira assinada ou a FGTS e sem segurança para pagar sua Previdência.

Já o relator do projeto na CCJ ressaltou a tramitação veloz da matéria nesta última fase.

– Demonstramos compromisso em votar essa matéria importante e, em quatro meses, o fizemos, depois de muita articulação e com a participação de vários parlamentares – lembrou Expedito Júnior.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o trabalho de Expedito como relator e parabenizou os mototaxistas e motoboys pela conquista.



Na galeria do Plenário, mototaxistas e motoboys comemoram aprovação

## Criação de serviço ficará a cargo das prefeituras

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o Senado cumpriu seu dever ao regulamentar uma profissão “que já presta relevantes serviços ao povo brasileiro, sobretudo aos mais humildes”. Crivella enumerou vários projetos que vem apresentando em benefício dos usuários de motocicleta, desde 2003, como o que torna obrigatório o *airbag* nas novas motos.

Romeu Tuma (PTB-SP) propôs que os mototaxistas sejam, a exemplo dos taxistas, beneficiados com a isenção de impostos para aquisição da motocicleta a ser utilizada no trabalho.

José Agripino (DEM-RN) disse que várias pequenas e médias cidades do Rio Grande do Norte usam os serviços de mototáxi. Ele frisou que o DEM abriu mão de obstruir as votações ontem apenas por respeito a essas ca-

tegorias “que existem há muito tempo e ganham seu sustento com decência e honestidade”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) rechaçou que esteja havendo

um choque entre taxistas e mototaxistas por causa do projeto sobre o qual o Senado deliberou. “Temos que derrubar essas falácias”, disse.

## “Atividades são importantes para as pequenas e médias cidades”

Durante a discussão do texto substitutivo da Câmara ao projeto que regulamenta o exercício das atividades de mototaxistas, motoboys e motovigias (PLS 203/01), diversos senadores declararam apoio à aprovação da matéria e destacaram a importância dessas profissões para o país, principalmente para as pequenas e médias cidades.

João Ribeiro (PR-TO) afirmou que há 20 anos, quando era prefeito de Araguaína (TO), enviou para a câmara de vereadores o primeiro projeto regulamentando a atuação de mototáxis na cidade. Atualmente, acrescentou, todas as cidades do Tocantins já usam tais serviços.

Inácio Arruda (PCdoB-CE)

informou que o município de Crateús (CE) foi um dos pioneiros na adoção de mototáxi, que hoje existe em todo o estado. “Estamos garantindo que a legislação ampare e proteja esses trabalhadores profissionais”, disse.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Marco Maciel (DEM-PE) congratularam

os mototaxistas e motoboys pela aprovação da matéria. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que esses profissionais esperam há cerca de 20 anos a regulamentação de suas profissões e que isso não significará prejuízos para os taxistas convencionais. Segundo ele, o serviço de mototáxi “já está espalhado por toda Rondônia”.

## Senadores elogiam empenho das categorias

O senador José Nery (PSOL-PA) disse que a regulamentação da profissão de mototaxista e de motoboy decorre da luta das categorias, que englobam milhares de trabalhadores. Para ele, o surgimento da profissão é fruto da criatividade do povo brasileiro.

Gilberto Goellner (DEM-MT) destacou o serviço comunitário que poderá ser feito com utilização das motos. Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou que lutou muito pela categoria em seus três mandatos como deputada estadual. Já Efraim Moraes (DEM-PB) elogiou a presença de 79 dos 81 senadores na sessão em que foi votada a matéria.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que o mérito é do ex-senador Mauro Miranda, autor do PLS 203/01. Para Jayme Campos (DEM-MT), o Senado tem mostrado “altivez e grandeza” aprovando projetos que melhoram as condições de vida de milhares de trabalhadores. O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que a motocicleta está racionalizando o transporte não só no meio urbano, mas também no rural. Na presidência da sessão, Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou todos os senadores que trabalharam para a aprovação do projeto.

Presidente do Senado e 1º secretário recebem proposta de reestruturação administrativa elaborada por comissão interna de servidores. Esse relatório será analisado pela FVG, responsável por elaborar um projeto de reforma organizacional da Casa

# Servidores sugerem mudanças no Senado

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, e o 1º secretário, Heráclito Fortes, receberam de uma comissão de servidores um relatório com ideias para modificar a estrutura organizacional da instituição. Com 1.300 páginas, o trabalho consolida cerca de 500 sugestões enviadas por todos os setores da Casa.

O relatório, repassado a Bianor Cavalcanti, coordenador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e responsável pela elaboração da nova proposta de estrutura organizacional do Senado, foi elaborado por uma comissão de oito funcionários do Senado, criada para consolidar as sugestões ao projeto preliminar apresentado pela fundação no dia 12 de maio. O projeto final da FGV será formulado a partir das propostas apresentadas.

– Estou muito satisfeito porque os números apresentados pela co-



Sarney (à direita na poltrona, ao lado de Bianor Cavalcanti) e Heráclito Fortes recebem de Dirceu de Matos proposta elaborada por comissão especial de servidores do Senado

missão estão muito próximos aos apresentados pela FVG. Com isso, a redução nos custos da Casa poderá chegar a 40% – afirmou Heráclito.

Bianor Cavalcanti apresentará hoje, às 11h, proposta de reestruturação administrativa, além de medidas a serem tomadas a curto

prazo para “racionalizar e modernizar a estrutura da Casa”, informou a assessoria de imprensa da Presidência do Senado. Sarney afirmou estar “satisfeito” com o trabalho da comissão de funcionários.

Segundo o presidente do colegiado, Dirceu Teixeira de Matos, as

cerca de 500 sugestões partiram de funcionários da Casa, senadores e associações de classe internas. Ele explicou que a proposta da comissão reduz o número de diretorias de nove, conforme apresentado como sugestão pela FVG, para apenas sete. Atualmente, existem

38 diretorias na Casa. No entanto, segundo Dirceu, o documento elaborado pela comissão de servidores sugere a existência de 443 funções gerenciais, número maior do que as 412 previstas inicialmente pela FVG como contrapartida às atuais 602. A comissão de funcionários

propõe ainda cortes elevados no topo da hierarquia das funções comissionadas. Atualmente, o percentual de funções que se enquadram nessa categoria (FC 10 a 8) é de 25,7%. A comissão sugere que o percentual seja reduzido a 11%, em comparação aos 22,6% sugeridos pela fundação.

De acordo com Dirceu de Matos, a FVG examinará as sugestões e, em 20 dias, trará ao Senado uma versão final de proposta de reforma administrativa. Esse plano será analisado pelo Conselho Administrativo – formado pelos principais diretores do Senado e que voltou a funcionar recentemente, depois de 15 anos. Esse conselho também poderá modificar a proposta, que será então enviada à Mesa diretora. A Mesa, por sua vez, preparará um projeto de resolução que deverá ser votado em Plenário.

## Proposta prevê descentralização e enxugamento

Descentralização de poder, redução do número de diretorias, com consequente economia mensal de R\$ 292 mil, e reformulação do organograma do Senado são algumas das propostas apresentadas pela comissão de funcionários que recebeu sugestões para a reforma administrativa da Casa. As ideias deverão ser examinadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela elaboração da nova proposta de estrutura organizacional do Senado.

O presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, explicou que a proposta dos funcionários prevê uma “mudança de paradigma na gestão da Casa”, com a descentralização do poder atualmente exercido pelo diretor-geral. O atual Conselho de Administração – mantido no relatório preliminar da FGV – seria substituído por um Conselho de Gestão Colegiada, presidido pelo 1º secretário do Senado e que teria o diretor-geral como vice-presidente. “Decisões de alto impacto e referentes a valores elevados seriam levadas a esse colegiado”, explicou Dirceu.

O documento define quatro “áreas fins”: secretaria-geral da Mesa, diretoria-geral, consultoria (incluindo a Legislativa e de Orçamento) e os gabinetes parlamentares. Cria no organograma quatro áreas ligadas a atividades administrativas e logísticas: administração-geral; tecnologia; conhecimento, informação e gestão de pessoas; e comunicação social.

## Pedro Simon volta a propor afastamento de Sarney

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a pedir ontem o afastamento de José Sarney da Presidência do Senado enquanto durar a apuração de denúncias de irregularidades administrativas. Simon argumentou que o presidente Sarney não está em condições de conduzir essas investigações por ter sido ele quem – em sua primeira passagem pela Presidência da Casa, em 1995 – nomeou o ex-diretor-geral Agaciel da Silva Maia. O parlamentar lembrou que Agaciel Maia foi reconduzido na segunda vez em que Sarney presidiu o Senado, tendo sido mantido, igualmente, em sua terceira eleição.

– Tínhamos que convencer o presidente Sarney que a melhor coisa que ele poderá fazer para sua biografia, e para a nossa, é se licenciar da Presidência do Sena-

## Senadores apoiam recomendação feita por Simon

Em aparte a Pedro Simon, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o pedido de afastamento de José Sarney da Presidência do Senado. Suplicy afirmou ter dito ao próprio Sarney estar seguro de que todos os episódios que envolvem o presidente da Casa deverão ser inteiramente esclarecidos.

O senador petista relatou a preocupação que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria manifestado em reunião com a bancada do partido. Lula teria indagado como ficaria o Senado presidido por um senador da oposição, como é o 1º vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO), em caso de afastamento do presidente Sarney. Suplicy afirmou ter recebido a garantia de Marconi de que este não aproveitaria uma eventual passagem pela Presidência para atuar contra o governo.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF), também em aparte a Pedro Simon, afirmou que os senadores não estão contribuindo para levar à população a ideia de que o Senado é uma Casa necessária ao país.



Senador afirma que licença da Presidência mostraria isenção de Sarney

do. Eu falo como amigo de Sarney. Acho que ele deve se afastar porque, dessa maneira, mostraria que não tem razões para ter medo da investigação. Em segundo lugar, deixa espaço para que, tranquilamente, se apurem as coisas que devem ser apuradas – disse.

O parlamentar pelo Rio Grande do Sul reconheceu que, como



Para Wellington Salgado, presidente do Senado não precisa se licenciar do cargo

Ele ressaltou que, sem a Câmara Alta, o Brasil deixaria de ser uma Federação, transformando-se em um território em que os estados maiores dominariam, completamente, os menores.

Outro senador a apoiar o afastamento do presidente José Sarney, em aparte ao discurso de Pedro Simon, foi Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele disse, contudo, ser inócuo ficar repetindo a reivindicação, uma vez que a licença ou a renúncia são atos de vontade unilateral do presidente. A seu ver, a insistência indefinida no apelo não tem surtido nenhum resultado,

integrante mais antigo no Senado Federal, teria alguma responsabilidade com os fatos denunciados por não haver dado a atenção devida à administração da Casa. Ele sugeriu que seja montada uma comissão externa independente, com um procurador indicado pela Procuradoria-Geral da República a fim de apresentar propostas para o funcionamento adequado da Casa no futuro.

Pedro Simon lamentou a repercussão pública das denúncias contra a instituição. Enfatizou que a credibilidade dos senadores está comprometida diante da sociedade, que passa a questionar, inclusive, a necessidade da existência desta Casa do Parlamento.

– Nós estamos com a sociedade olhando para nós com uma mágoa profunda, achando que o Senado deve fechar – afirmou.

## Almeida Lima contesta matéria da Folha de S. Paulo

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) contestou reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* a qual incluiu seu nome como praticante de nepotismo no Senado, mesmo depois de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proibindo essa prática. Na reportagem, assinada pelo jornalista Fábio Zanini, o senador é acusado de empregar em seu gabinete os irmãos Rafael e Daniel Alheive Figueiredo. Almeida Lima enfatizou não ter nenhum parentesco com eles.

De acordo com o senador, a súmula do Supremo que definiu os casos de nepotismo proíbe nomear parentes até o terceiro grau: avós, netos, pais, filhos, cônjuges, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos. Almeida Lima contestou o entendimento manifestado pela *Folha*, com base em informação da assessoria do STF, de que não é necessário que



Senador diz que denúncia contra ele de nepotismo é “maldade” e “calúnia”

os servidores tenham relação de subordinação hierárquica nem de parentesco com o mandatário para que haja nepotismo. Por esse entendimento, dois irmãos em cargos comissionados não podem trabalhar no Senado.

– Dizer que isso é nepotismo é maldade – afirmou o senador, cobrando providências da Procuradoria e da Advocacia do Senado contra o que chamou de calúnia.

O discurso recebeu apertes dos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI), Flávio Arns (PT-PR) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

## Virgílio pede esclarecimento sobre licença de ex-diretor do Senado

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), indagou ao presidente do Senado, José Sarney, se é verdade que o ex-diretor-geral da Casa Agaciel Maia está gozando uma licença-prêmio de 90 dias, como noticiado pela imprensa. O senador disse que o Estatuto do Servidor Público (Lei 8.112/90) não prevê esse tipo de licença remunerada.

Sarney respondeu que, como o assunto não está sendo tratado no âmbito da Presidência da Casa nem da Mesa, repassaria o questionamento de Arthur Virgílio ao 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), para que este cobre as devidas explicações ao diretor-geral, Haroldo Tajra.

Virgílio também registrou que o



Virgílio esclarece que ex-governador nada tem a ver com empresa de motos

ex-governador do Rio de Janeiro Wellington Moreira Franco nada tem a ver com a família que controla a Dafra Motos, empresa chinesa instalada na Zona Franca de Manaus e que estaria praticando concorrência desleal.

## Designados integrantes do Conselho de Ética do Senado

Na presidência da sessão, o 3º secretário do Senado Federal, Mão Santa (PMDB-PI), leu ontem em Plenário os nomes dos parlamentares já indicados para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que os indicados pelo PT serão anunciados hoje. Alguns nomes designados podem ser alterados nos próximos dias.

Foram indicados pelo DEM, como titulares, Demostenes Torres (GO), Heráclito Fortes (PI) e Eliseu Resende (MG) e, como suplentes, Antonio Carlos Júnior (BA), Rosalba Ciarlini (RN) e Maria do Carmo Alves (SE). Pelo PMDB, como titulares, Wellington Salgado (MG), Almeida Lima (SE), Gilvam Borges (AP) e Leomar Quintanilha (TO) e, como

suplentes, Valdir Raupp (RO), Paulo Duque (RJ) e Romero Jucá (RR). O PSDB designou como titulares Marisa Serrano (MS) e Sérgio Guerra (PE) e, como suplentes, Arthur Virgílio (AM) e Alvaro Dias (PR). Pelo PTB, foi indicado João Vicente Claudino (PI) como titular e Gim Argello (DF) como suplente. O PDT indicou, por enquanto, apenas o titular, Jefferson Praia (AM).

O conselho é o órgão responsável por zelar pela observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução 20/93) e do Regimento Interno do Senado Federal, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Casa. O colegiado é constituído por 15 membros titulares e 15 suplentes, com mandatos de dois anos.



Mercadante (C) preside reunião do PT em que foi elaborada nota sobre crise do Senado

## PT propõe redução de gastos na Casa e mantém pedido de licença

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), leu nota do partido que sugere enxugamento do Senado, com cortes em vários setores e diversas medidas administrativas.

O senador ressaltou que o PT manteve a sugestão de uma licença ao presidente do Senado, José Sarney. Em um “gesto de grandeza e de garantia à credibilidade das investigações”, disse Mercadante, Sarney deixaria temporariamente o cargo para garantir total isenção e independência às investigações sobre irregularidades no âmbito administrativo da instituição. Mas o líder petista salientou que, segundo o partido, o afastamento deve ser uma decisão pessoal e exclusiva de Sarney.

A bancada do PT sugeriu uma redução progressiva de até 60% nas despesas com pessoal e a extinção de três órgãos da Casa – o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo (Unilegis) e a Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis). A bancada entende que esses órgãos podem ser substituídos por “uma estrutura mais racional” e que o Serviço de Atendimento Médico do Senado pode ser enxugado, para que atenda apenas emergências.

Na nota, os senadores afirmam que o presidente Lula e a liderança do partido não exigiram que os senadores petistas “abdicassem

de suas posições individuais” sobre um pedido de licença do presidente da Casa.

A bancada do PT reafirmou ainda a proposta de se criar uma comissão suprapartidária para “debater com a sociedade civil e especialistas” a reforma do Senado, inclusive por meio da implantação de uma lei de responsabilidade administrativa e financeira do Parlamento. Esse projeto foi coordenado por Tião Viana (PT-AC), agora assumido pela bancada do partido. A comissão suprapartidária não concorreria com a Mesa, tendo uma função complementar.

Os senadores do PT também propõem que os diretores do Senado só fiquem em seus cargos por quatro anos, com mandatos coincidentes com os dos membros da Mesa. Mais: as atribuições administrativas da Primeira-Secretaria seriam redistribuídas com as outras secretarias do Senado.

A nota defende ainda o aprofundamento das investigações das denúncias de irregularidades. Nela, os senadores concordam com as medidas já tomadas pela Mesa, como a abertura de processos administrativos contra ex-diretores, a unificação de contratos, a abertura do Portal da Transparência, novas diretrizes para horas extras e restrições ao uso de passagens pelos senadores.



Jereissati (E) acusa governistas de faltar com a palavra e descumprir acordo

## PT não se define sobre CPI. Oposição deve recorrer ao STF

Cobrado em Plenário pelo líder do DEM, José Agripino (RN), o líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem que não tinha condições, no momento, de dar uma posição conclusiva a respeito do acordo proposto pela oposição para que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras seja instalada.

Mercadante justificou a falta de uma resposta alegando que não houve tempo hábil para que o bloco se reunisse e deliberasse sobre o assunto, devido às votações em Plenário na noite anterior e à sabatina – na manhã de ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – de Roberto Gurgel para o cargo de procurador-geral da República. Em seguida, acrescentou, a bancada do PT reuniu-se para elaborar uma nota esclarecendo a posição do partido sobre a situação no Senado.

Agripino e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciaram que suas bancadas entrariam em obstrução após votar a regulamentação da profissão de moto-taxista e a indicação de Roberto Gurgel para a Procuradoria-Geral da República. Assim, não seria possível votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que impediria o Congresso de entrar em recesso.

“O pânico se abateu sobre as hostes governamentais”, declara Alvaro Dias

pavor em relação à instalação da CPI da Petrobras. Eu tenho o direito de concluir que o escândalo escondido é maior que o escândalo anunciado e, lamentavelmente, não se trata de investigar desvio de algumas migalhas. Trata-se de investigar desvios de bilhões em superfaturamentos, em aditivos ilegais, em pagamentos indevidos, em transferências impróprias com desvio de finalidade. Não querem investigação porque querem acobertar – afirmou.

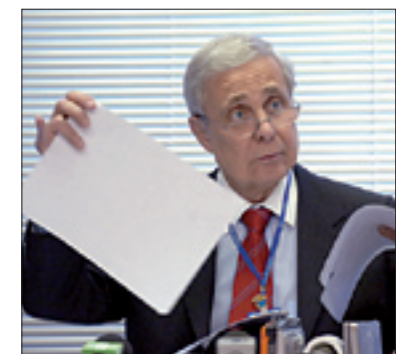
Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a argumentação de Mercadante foi decepcionante pela substância e pelo cinismo. Para ele, o governo espera que o recesso esfrie o assunto e mude as condições para instalação da CPI. Jereissati assinalou que essa manobra joga por terra os elementos fundamentais do Parlamento, como a confiança, a palavra dada e o respeito ao Regimento Interno do Senado.

Jereissati acusou o diretor da Petrobras Wilson Santa Rosa de estar usando e abusando de recursos da empresa para fazer política e destinar dinheiro para campanhas eleitorais. O senador também disse que o diretor Paulo Roberto, ligado a outros partidos da base governista, está sendo protegido de maneira descarada pelo mesmo motivo.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o seu partido não irá, por enquanto, integrar a CPI da Petrobras, não significando que, após a reunião com Mercadante, o PSB venha a ser indicado como membro da CPI.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o diálogo entre todos os partidos que compõem a base do governo para definir a questão da CPI da Petrobras. Suplicy sugeriu que, nos estados governados pelo PSDB, haja um empenho para dar abertura à oposição a fim de que CPIS também possam ser instaladas.

Para o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a oposição cumpriu todos os requisitos para a instalação da CPI da Petrobras, mas a base do governo resolveu boicotar a comissão. Ele assinalou que esse procedimento dificulta o relacionamento entre governo e oposição no Senado.



Dirceu de Matos preside a comissão de servidores que consolidou sugestões

Projeto aprovado pela CCJ prevê que interessados em adotar recebam preparação e que Justiça ouça crianças após serem entregues a nova família

# Nova lei deve ampliar possibilidades de adoção

A PROPOSTA DE uma nova lei nacional de adoção foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Focado na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei (PLS 314/04) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) recebeu parecer favorável, com emendas, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposição será examinada, em seguida, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Embora tenha sido mantida a prioridade de acolhimento da criança ou do adolescente pela família natural, a proposta inovou, assinalou o relator, ao inserir o conceito de família extensa,

formada por parentes próximos com os quais o menor convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. O projeto ainda estabelece a exigência de preparação prévia dos pais adotivos e de acompanhamento familiar pós-acolhimento em caso de adoção internacional.

Mercadante também considerou um avanço a determinação de que o menor seja ouvido pela Justiça após ser entregue aos cuidados de família substituta e a exigência de empenho do poder público em evitar a permanência prolongada da criança ou do adolescente em abrigos.

Segundo informou o senador, existem hoje 14 mil inscritos no país para adoção e 2 mil crianças em condições de ser adotadas. Apesar desse quadro favorável, persistem obstáculos no proces-



Patrícia (ao lado de Azeredo) é autora da proposta

so em função de os interessados em adotar darem preferência a crianças na faixa etária de dois anos, do sexo feminino e de cor branca.

O substitutivo da Câmara determina que a intervenção do Estado deverá priorizar a orientação, o apoio e a promoção social da família natural. Na impossibilidade de permanecerem na família natural – o que terá de ser demonstrado por decisão

judicial fundamentada –, a criança e o adolescente serão, então, colocados sob adoção, tutela ou guarda.

A proposta permite que a adoção seja feita por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, e,

no caso de adoção conjunta, exige que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.

## Alterações

Em relação às adequações feitas no substitutivo, o relator informou ter suprimido capítulo que pretendia criminalizar pessoas que, por circunstâncias especiais, acolheram, sem cobertura legal, criança deixada aos

seus cuidados pela mãe natural. Também decidiu retirar dispositivo relativo ao infanticídio, criminalizado pela legislação brasileira, mas que havia sido inserido como uma tradição cultural entre algumas tribos indígenas.

A saída apresentada por Mercadante para tratar não só dessa questão, mas dos aspectos relativos à adoção de crianças e adolescentes indígenas e quilombolas – que, preferencialmente, devem permanecer em sua comunidade de origem –, foi a sua inserção em outro projeto de lei.

O relator ainda observou que seu parecer foi elaborado com o aval da sociedade civil e de entidades públicas que cuidam da adoção. O relatório também foi elogiado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Cidadão poderá ter acesso às contas públicas

Proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pela CCJ estabelece que as contas da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e dos territórios ficarão permanentemente à disposição de qualquer cidadão. A matéria (PEC 44/05) amplia a abrangência de dispositivo já contido no texto constitucional que limita a disponibilidade às contas dos municípios por somente 60 dias e apenas aos contribuintes.

De acordo com a proposta, apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) com o apoio de mais 28 senadores, a figura restritiva do “contribuinte” dará lugar ao cidadão.

Além disso, os interessados poderão, a qualquer tempo, ter acesso aos demonstrativos dos gastos realizados por todos os níveis de governo. Ao fim, se for o caso, poderá questionar a legitimidade das contas junto aos órgãos de controle e fiscalização competentes em cada esfera.

A proposta só exclui da obrigação de ficarem disponíveis os “casos sigilosos”, disposição que somente se aplica aos dados protegidos por legislação própria de cada esfera.

O relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT) foi pela aprovação do texto.

## Projeto restringe publicidade com dinheiro público

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/06) poderá enquadrar uma nova conduta de desrespeito aos princípios da administração pública. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem voto favorável do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 10/06) que passa a classificar como ato de improbidade administrativa o uso de recursos públicos para custear publicidade de agradecimento a autoridades pela realização de obras ou serviços.

Na avaliação do presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a matéria é das mais relevantes. Segundo advertiu, é importante o agente político ter em mente que, a partir do momento em que o pagamen-

to de placa de agradecimento por obra ou serviço com verbas públicas seja considerado ato de improbidade administrativa, sua prática poderá custar, por exemplo, a perda do mandato.

## Mensalidades

A Comissão de Justiça aprovou ainda voto favorável da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), com duas emendas, a projeto de lei (PLS 123/09) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que define o momento em que o estudante, ao pedir transferência para outra instituição de ensino privada, fica desobrigado de pagar mensalidades da instituição de origem. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai votar a matéria em decisão terminativa.

Pela proposta, a exigência de

pagamento das mensalidades vencidas pela instituição de origem se estende até o dia em que o estudante formalizar o pedido de transferência para outra unidade de ensino privada. Segundo explicou Expedito Júnior na justificação do projeto, seu objetivo é impedir que estudantes nessa circunstância tenham de continuar pagando mensalidade na unidade de ensino de onde saem para ter seus documentos liberados e arcar, paralelamente, com a mensalidade da nova instituição onde estudarão.

As emendas apresentadas pela relatora tiveram o objetivo de ampliar o alcance da iniciativa – limitada no projeto ao ensino superior – para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.



Integrantes da CCJ aprovam matéria que desobriga estudante de pagar mensalidades em caso de transferência

## Maior atribuição ao Ministério Público Militar

A CCJ aprovou ontem projeto que garante ao Ministério Público Militar da União o direito de promover, no âmbito da administração militar, inquérito civil e ação civil pública. Autor da matéria (PLS 506/03-Complementar), o senador Demostenes Torres (DEM-GO) justifica que, por omissão da lei orgânica do Ministério Público da União, a legitimidade para tais iniciativas só foi expressamente atribuída ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público do Distrito Federal.

O senador assinala que o inquérito civil e a ação civil pública são importantes instrumentos processuais de defesa dos interesses públicos, difusos e coletivos, não devendo haver obstáculos para que o Ministério Público Militar também faça uso deles, no âmbito de suas atribuições. Em sua opinião, ao se defrontar com problemas ambientais, o Ministério Público Militar deve dispor de autonomia para ajuizar ações, sem ter que transferir essa iniciativa a outros ramos do Ministério Público da União.

O projeto foi aprovado no formato de texto substitutivo sugerido no relatório que foi apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Papaléo Paes • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Especialistas querem reparação a negro descendente de escravo

Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Humberto Ademi, do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), defendeu ontem a reparação aos negros descendentes de escravos, tanto por meio de pagamentos como por medidas não pecuniárias. Como exemplo de reparação não pecuniária, o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sugeriu a criação de um centro de pesquisa de recuperação da história negra.

Favorável à ideia, Ademi disse ser importante que esse centro de pesquisa investigue o porquê de as escolas públicas e privadas não estarem implementando as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que exigem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em sua grade curricular. Conforme informou, o Iara fez petição junto à Procuradoria-Geral da República (PGR), cobrando a aplicação das leis pelas escolas.

### Memorial

Mário Lúcio Teodoro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), defendeu a criação de um memorial da escravidão, como forma de reparação da desigualdade social brasileira. A proposta foi endossada pelos participantes

da reunião.

Teodoro assinalou a impossibilidade de o Estado brasileiro arcar com o ônus financeiro de uma reparação pecuniária, destacando a existência de cerca de 80 milhões de brasileiros negros na população brasileira.

Nessa mesma linha de pensamento, Dora Lúcia Bertúlio, procuradora-chefe da Fundação Cultural Palmares, apoiou a adoção de políticas públicas específicas para negros, na forma de ações que diminuam o impacto do que chamou de "discriminação racial institucional naturalizada", que proporcionem melhores condições de vida a essas populações. A procuradora acredita que, fazendo isso, o Estado estará beneficiando o conjunto da população brasileira.

Dora Bertúlio manifestou-se a favor da proposta de criação do memorial, porém sugeriu a instituição de, pelo menos, uma unidade em cada capital, para resgate dos processos de escravidão, diferenciados em cada região do país.

Também o reitor da Unipalmares de São Paulo, José Vicente, concordou com a iniciativa. Ele propôs que o debate sobre o assunto seja ampliado e inclua representantes de organizações da sociedade civil, inclusive de âmbito internacional.



Ailton dos Santos Ferreira, Mário Teodoro, Dora Lúcia e Cristovam

## Cristovam propõe bolsa de estudo para afrodescendente

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Cristovam Buarque, propôs que a reparação aos negros descendentes de escravos brasileiros seja feita por meio de uma bolsa de estudos no valor de R\$ 3 mil para os filhos das famílias de afrodescendentes.

— A gente sabe que o Estado deveria gastar 10% com educação. Essa reparação custaria 2% da receita — disse.

Outra sugestão apresentada por Cristovam foi a instituição de centros de pesquisa de recuperação da história negra. O parlamentar propôs ainda que o Senado realize sessão especial de reconhecimento público de que a abolição da escravatura não teria se completado.

Cristovam endossou a proposta de criação de um memorial da abolição, defendendo a edificação de um monumento de "memória da escravidão e de gratidão à África" semelhante ao existente no Rio de Janeiro dedicado aos pracinhas que

lutaram com os aliados na 2ª Guerra Mundial.

O senador sugeriu que seja realizada nova reunião para debater a possibilidade de reparação aos descendentes de escravos, desta vez em Salvador.

O publicitário Roberto Carvalho detalhou petição apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de criar o Fundo Nacional de Reparação. O documento está em exame na OEA desde 2001.

Posição semelhante foi manifestada por Ailton dos Santos Ferreira, da Secretaria Municipal de Reparação da Bahia. Ele alertou para a banalização das desigualdades no país e defendeu a adoção de políticas públicas reparatórias. Ferreira salientou ainda que a democracia brasileira não será plena enquanto não houver projetos de distribuição de renda e se tratar de diferenças de condições de vida e oportunidades "definidas pela etnia e cor da pele".

Comissão de Assuntos Sociais vota diversos projetos, entre os quais o que permite aos trabalhadores com mais de 60 anos sacar recursos do PIS/Pasep

## Trabalhador poderá escolher onde vai receber seu salário

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que concede aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência bancária em que os empregadores depositarão seus salários e demais parcelas remuneratórias.

O substitutivo consolida dois projetos de teor semelhante: o PLS 340/04, de autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP), e o PLS 176/04, de Romeu Tuma (PTB-SP).

Segundo a proposição, caberá aos empregados, servidores públicos, aposentados ou pensionistas a faculdade de indicar, livremente, a instituição bancária de sua preferência para receber seus vencimentos e benefícios. Atualmente, cabe às pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado exercer essa escolha.

O substitutivo, analisado em caráter terminativo, será sub-



Inácio Arruda apresentou substitutivo a projetos de Mercadante e Tuma

metido à votação suplementar. Caso aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

### Saques

Foi aprovada pela CAS proposta de Paulo Paim (PT-RS) que permite ao trabalhador com mais de 60 anos sacar seus recursos acumulados no fundo de participação PIS/Pasep. Na prática, o PLS 216/07 reduz dos atuais 70 para 60 anos a exigência para

que os trabalhadores possam ter acesso aos recursos do fundo.

Em seu parecer favorável, Efraim Morais (DEM-PB) argumentou que, aos 70 anos, quase todos os trabalhadores estão aposentados, ou seja, já tiveram acesso aos recursos do PIS/Pasep. O projeto tramitou na Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

A CAS acolheu, também em decisão terminativa, projeto de autoria de Marisa Serrano (PSDB-MS) que torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda quando financiados por recursos públicos.

Em seu parecer favorável, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que a matéria (PLS 69/08) é bastante oportuna, uma vez que, por meio do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida, haverá construção de vários conjuntos habitacionais.

## Programa para construção de creche e pré-escola

A construção de unidades de ensino infantil destinadas a crianças com idades de seis meses a seis anos incompletos poderá ser financiada com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais de Educação Básica (Fundeb). A medida consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto (PLS 698/07), de Patrícia Saboya (PDT-CE), determina a criação do Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), no qual está previsto o financiamento da construção de creches e pré-escolas. Em seu parecer favorável, Rosalba Ciarlini argumenta que o acesso aos recursos do FGTS permitirá a expansão das unidades de ensino para crianças até seis anos.

Conforme Patrícia Saboya, a medida representa a continui-



Projeto de Patrícia Saboya recebeu parecer favorável de Rosalba Ciarlini (E)

dade da licença-maternidade, ampliada para os primeiros seis meses de vida do bebê. Segundo ela, depois desse período, a criança poderá ter, através do Pronei, uma creche de qualidade. A proposta segue para votação na Comissão de Educação, onde terá decisão terminativa.

### Conduta médica

A CAS também acolheu subs-

## Prova testemunhal poderá servir para comprovar atividade rural

Projeto que admite a prova testemunhal como suficiente para efeito de comprovação do exercício da atividade no campo, nos processos de concessão de aposentadoria rural, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A prova testemunhal deverá ser acompanhada de indício de prova material e inspeção do INSS. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta (PLS 523/03) foi acolhida mediante substitutivo de Jayme Campos (DEM-MT).

A CAS também aprovou projeto da Câmara dos Deputados que regulamenta o trabalho avulso na movimentação de cargas e

mercadorias, excetuando-se as atividades portuárias. Conforme o PLC 84/09, a remuneração, a composição de equipes e demais condições de trabalho serão objeto de negociação entre as entidades representativas de trabalhadores avulsos e dos tomadores de serviços.

Foi aprovada ainda proposta (PLS 511/07) de Paulo Paim (PT-RS) que permite a participantes e assistidos de planos de previdência complementar a opção pelo regime de tributação somente no momento da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

Em seu parecer, Roberto Calvanti (PRB-PB) explica que a



Proposta de Marcello Crivella visa facilitar concessão de aposentadoria

definição do regime tributário na ocasião em que o participante adere ao plano, segundo a legislação em vigor, pode ser prejudicial ao mutuário, que nem sempre conhece a opção pelo regime com redução de alíquota de Imposto de Renda. A matéria vai a exame e votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Papaléo quer ampliar direitos dos trabalhadores



Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem a aprovação de três projetos de lei de sua autoria que ampliam a proteção aos trabalhadores. Entre eles, está o PLS 335/07, que transfere o ônus da prova documental ao empregador, no âmbito dos dissídios individuais do trabalho.

A segunda proposta (PLS 451/08) prevê que, na prorrogação da jornada noturna, a hora excedente, se já incluída no período diurno, seja reduzida em sua duração e acrescida de adicional remuneratório igual ou superior a 50%.

O outro projeto (PLS 470/08) complementa o anterior, corrigindo distorções verificadas na composição remuneratória do trabalhador que faz hora extra.

## Raupp: energia de qualidade no interior de RO



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu da tribuna a realização de serviços de subtransmissão para integrar diversas localidades de seu estado ao Sistema Hidrotérmico Interligado de Rondônia e, posteriormente, ao Sistema Interligado Nacional.

O senador afirmou que a proposta das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) visa substituir a oferta de energia das usinas termelétricas – de produtores independentes – que atendem às regiões da BR-429, Machadinho, Buritis e Ponta do Abunã. Segundo Raupp, essas usinas caracterizam-se pela “péssima qualidade” da energia e pela pouca confiabilidade na continuidade do fornecimento.

# Cientistas pedem programa integrado para a Amazônia

Debatedores cobram, na Comissão de Ciência e Tecnologia, mais centros de pesquisa e ação conjunta do poder público que considere a região como prioridade nacional

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouviu ontem cientistas que indicaram medidas para acelerar o desenvolvimento da Amazônia. A diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Célia Guimarães Vieira, observou que, assim como dispõe de programas destinados às áreas espacial e nuclear, o Brasil também deveria contar com um amplo programa de desenvolvimento da região. Ela sugeriu – juntamente com quatro outros pesquisadores – que a Amazônia seja vista como prioridade nacional.

– O Estado brasileiro investiu muito no estado de São Paulo, que, por isso, hoje tem esse diferencial. Isso não está acontecendo na Amazônia. Temos ações dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Agricultura e da Saúde, mas não um programa integrado – afirmou Ima durante a

audiência, que também contou com a participação da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Um exemplo de atuação conjunta mencionado durante a reunião foi o do modelo de gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), sediado em Manaus. Segundo o coordenador-geral do centro, Imar César de Araújo, representantes de seis ministérios participaram de uma comissão que concluiu pela criação de uma empresa pública – a qual será feita por meio de projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.

Integrante do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Lauro

Morhy considerou insuficiente o número de instituições científicas existentes na região.

O chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, Claudio José Reis de Carvalho, disse que é necessária a geração de tecnologias para a produção em áreas já desmatadas da Amazônia.

A diretora do Instituto Evandro Chagas, Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, pediu atenção aos pequenos produtores da região, que muitas vezes vivem em áreas isoladas e enfrentam grandes problemas de energia e transporte.

Na mesma reunião, a Comissão de Ciência e Tecnologia também aprovou 12 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

**Criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia foi citada como exemplo de esforço comum**



Em audiência na CCT, Claudio Carvalho (E), Imar Araújo, Mozarildo, Flexa Ribeiro, Elisabeth Santos, Ima Célia e Lauro Morhy

## Senadores defendem investimento em tecnologia

A ciência e a tecnologia podem ser os principais instrumentos na busca do desenvolvimento sustentável da Amazônia, afirmou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), durante a audiência pública sobre a região realizada ontem. Em sua opinião, é preciso investir sobretudo na ocupação econômica de áreas já desmatadas.

– O que temos de fazer agora é levar conhecimento para aproveitar as áreas já alteradas, fazendo com que na Amazônia se possa produzir muito mais do que hoje, sem que se precise

derrubar uma única árvore a mais. Temos conhecimento para isso – afirmou Flexa.

Um dos senadores que pediram a realização do debate, Renato Casagrande (PSB-ES) disse que não conseguia identificar outro modelo possível para o desenvolvimento da Amazônia que não o de investimento em novas tecnologias. Ele considerou necessário o estabelecimento de um programa específico do governo federal para a região.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu a criação de um ministério para a Amazônia, capaz de realizar a coordenação de programas atualmente dis-

persos para o desenvolvimento da região.

Por sua vez, Augusto Botelho (PT-RR) elogiou a atuação dos centros de pesquisa localizados na Amazônia, mas manifestou preocupação pelo fato de o Brasil contar com poucas patentes a respeito das riquezas da região.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou a “falta de recursos e de atenção” aos centros de pesquisa regionais. Ele defendeu a realização de seminários nos estados da região, com a presença de parlamentares, que ajudem a elaborar um plano de desenvolvimento para a Amazônia.

## Especialistas divergem sobre necessidade de exame da OAB

Participantes de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) divergiram sobre a necessidade do exame para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A reunião buscou instruir projeto de Gilvam Borges (PMDB-AP) que determina o fim do exame.

O vice-presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem do Conselho Federal da OAB, Dilson José de Oliveira Lima, disse que “a OAB é a guardiã da sociedade”. Dilson destacou que, apesar de o exame da Ordem ser o mesmo para todas as cidades, os resultados são “discrepantes”. Em 2009, ressaltou, 74 instituições tiveram aprovados de 30% a 94% de seus estudantes, enquanto 350 cursos aprovaram menos de 30%.

Uma das metas do Ministério da Educação (MEC) é a expansão do ensino superior, disse o coordenador-geral de Supervisão da Educação Superior, da Secretaria de Educação Superior, Frederico Normanha. Ele informou que o MEC aumentou o rigor quanto à autorização e fiscalização da qualidade dos cursos de Direito.

O presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Maranhão (MNBD), Carlos Nina, considera a prova uma “medida improvisada”. Para ele, o Estado tem a obrigação de oferecer educação de qualidade e permitir que os formados exer-



Para Gilvam, o curso superior deve garantir a formação do advogado

çam suas profissões.

O relator da matéria na CE, Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que o MEC não possui número suficiente de fiscais para inspecionar todas as instituições de ensino do país. Ele informou que vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do exame.

Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu que os bacharéis em Direito reprovados no exame processem o Estado por terem cursado uma faculdade desqualificada. Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu a prova como instrumento de proteção do cidadão que precisa buscar a Justiça para garantir seus direitos. Também Marco Maciel (DEM-PE) apoiou a continuidade do exame. Já Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que a OAB não tem o direito de determinar quem pode ou não entrar no mercado.

## Comissão debaterá atuação do Dnocs no semiárido nordestino

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realizará seminário com o objetivo de discutir a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A proposta é de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Nery (PSOL-PA).

O seminário terá dois painéis. O primeiro – sobre o papel do Dnocs no semiárido nordestino – deverá contar com a participação do diretor-geral da instituição, Elias Fernandes Neto; do consultor do Ministério do Meio Ambiente Antônio Rocha Magalhães; e do consultor do Ministério da Integração Nacional José Otomar de Carvalho. Para o segundo painel – sobre perímetros públicos de irrigação –, serão convidados o presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de

Irrigação, Rogério Paganelli Junqueira, e o secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho.

A CDR também debateu a importância da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que a Sudene, ao longo de seus 50 anos, desempenhou o papel de instrumento multiplicador de oportunidades. Leomar Quintanilha (PMDB-TO), César Borges (PR-BA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentaram o fechamento da Sudene. Quintanilha, presidente da CDR, informou que representantes da Sudene deverão ser convidados a participar do ciclo de debates, a ser realizado a partir de agosto pela comissão, para examinar o desenvolvimento da região Nordeste.